

Triste realidade do comércio exterior

Shotoku Yamamoto (*)

A balança comercial é uma parte importante do comércio exterior. O Brasil, ao longo do tempo, tem apresentado sucessivos saldos positivos nesta balança

Entretanto, o indicador mais importante no comércio exterior é o saldo da conta transações correntes com o resto do mundo, do qual pouco se fala, que além da balança comercial, adiciona-se o saldo das balanças de serviços, rendas primárias e transferências unilaterais. Na balança de serviços, os valores mais significativos são relativos a transportes e viagens internacionais, seguros, serviços de propriedade intelectual (royalties) alugueres de equipamentos e serviços de telecomunicação, computação e informações. Nesta balança o Brasil apresentou um déficit de USD 33,8 bilhões em 2017.

Na conta renda primária, contabiliza-se os lucros e dividendos, juros de operações intercompanhias, juros de títulos negociados nos mercados externo e doméstico e renda das aplicações das nossas reservas. Nesta conta o Brasil apresentou, no mesmo período, um déficit de USD 42,6 bilhões. A conta de transferências unilaterais refere-se a valores que brasileiros residentes no exterior e estrangeiros residentes no Brasil enviam para os respectivos países. Neste quesito o saldo foi positivo em USD 2,6 bilhões no ano passado. Portanto, apesar do maior superavit da balança comercial da história de USD 67,0 bilhões, o saldo de transações correntes com o resto do mundo foi deficitário no ano passado.

O planeta divide-se em dois grupos: de um lado, os países superavitários no saldo de transações correntes e, de outro, os deficitários. Desnecessário dizer que a soma dos saldos de transações correntes de todos os países do planeta totaliza zero. O Brasil, infelizmente, por falta de uma política industrial e visão de futuro, esteve sempre no segundo grupo, acumulando um saldo negativo em transações correntes com o resto do mundo no valor de USD 615,5 bilhões no período 1992 a 2017.

Evidentemente, para fechar o balanço de pagamentos, o Brasil precisou e continua precisando de investimentos estrangeiros, tanto é que, em setembro de 2017, os investimentos internacionais em carteira somavam USD 327,3 bilhões em ações e USD 228,8 bilhões em títulos da dívida pública brasileira. Estes números mostram a vulnerabilidade da economia brasileira porque as reservas brasileiras não são próprias e estão sujeitas a fugas.

Neste período, apenas na primeira gestão do governo Lula, por conta do grande aumento nos preços das commodities, puxados pela grande demanda chinesa e câmbio favorável, a economia brasileira apresentou um superavit na balança

comercial que superou o déficit da balança de serviços e rendas em USD 43,2 bilhões. Estes indicadores são mais do que suficientes para mudar a política de comércio exterior. Já é passado a hora de mudar os rumos do país, é preciso implementar uma política industrial e uma política cambial que permita, a longo prazo, deixar o bloco dos países deficitários no saldo de transações correntes e, portanto, deixar de ser devedor do mundo.

Parafrazeando Rui Barbosa, 'De tanto ver triunfar a nulidade', vou me permitir apresentar algumas sugestões para mudar esta triste realidade do nosso comércio exterior, mais para provocar um debate, principalmente por achar que se trata de um momento oportuno, eleições de 2018:

1 – Eliminar totalmente os impostos sobre produtos de exportação. Na filosofia da tributação, contribuintes e beneficiários dos impostos devem ser, necessariamente, cidadãos do mesmo país; não se justifica o pagamento de impostos ao governo brasileiro, por cidadãos residentes no exterior porque não se beneficiarão deste pagamento;

2 – Adotar uma política de câmbio administrado, visando, de imediato, saldo positivo na balança comercial que seja, no mínimo, igual ao déficit das balanças de serviços e de rendas mais as transferências unilaterais e, a longo prazo, maior do que este último, de modo a criar reservas internacionais próprias;

3 – Utilizar parte das reservas para pagar as dívidas externas do setor privado, transformando-as em dívidas em moeda local, eliminando o risco cambial das empresas devedoras em moedas estrangeiras. Esta medida diminuiria a oferta de moedas estrangeiras, fato que depreciaria a moeda brasileira, contribuindo para aumentar a competitividade dos produtos brasileiros e, portanto, as exportações;

4 – Eliminar todos os impostos sobre importações de máquinas, equipamentos e insumos industriais, cujas fabricações inexistem no Brasil, para aumentar a produtividade e o estoque de capital por trabalhador;

5 – Incentivar a substituição das importações e aumentar o valor agregado dos bens manufaturados no país. Para tanto, as universidades, principalmente as públicas, precisam ouvir o que disse Marcelo Viana do IMPA – Instituto de Matemática Pura e Aplicada: "No Brasil, diferentemente da Europa e Estados Unidos, existe um abismo legal e ideológico que separa universidades das empresas com prejuízo para ambas, porque não se falam".

Para finalizar, quero deixar uma pergunta: Até quando vamos continuar pertencendo ao grupo dos países devedores do mundo, apesar do volume e da qualidade dos recursos naturais que o Brasil dispõe.

(*) - É diretor da Sky Corte Laser e diretor conselheiro da ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas.

Filha de Enéas Carneiro é pré-candidata ao governo de Minas

Belo Horizonte - Gabriela Enéas, filha do político e fundador do extinto PRONA, Enéas Carneiro, será lançada como pré-candidata ao governo de Minas Gerais na próxima segunda-feira (16), pelo PMB. Ela é a nona pré-candidatura confirmada ao Palácio da Liberdade. A informação foi confirmada pela presidente do partido em Minas, Ana Paula Periquito.

"O Dr. Enéas tem um vínculo muito forte e ativo em Minas Gerais. Queremos resgatar essa presença dele aqui no Estado e ela vem para proporcionar essa mudança", disse. Nascida no Rio de Janeiro, Gabriela Enéas é professora e tem 46 anos. Em 2008, ela foi candidata a vereadora na

capital carioca, pelo PMN. "A Gabriellavai trazer uma mudança que o Dr. Enéas tanto falava. É para resgatar e ocupar o espaço, que a mulher precisa ocupar na política", afirmou Periquito.

Sobre negociações com outros partidos, o PMB tinha um acordo de apoio com a coligação proporcional (deputados federais e estaduais) do Patriotas e PTC, que haviam sinalizado apoio ao pré-candidato Rodrigo Pacheco (DEM). Porém, com a decisão de lançar a pré-candidatura ao governo do Estado, o PMB deve tentar abrir negociação com os partidos novamente. Por enquanto, o partido ainda não tem confirmado nome de senadores ou do pré-candidato a vice-governador (AE).

Senado aprova readmissão de empresas no Supersimples

Segue para sanção presidencial o projeto aprovado pelo Plenário do Senado por 59 votos favoráveis e nenhum contrário, que permite a readmissão dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do regime especial em 1º de janeiro por dívidas tributárias

Para retornarem ao Simples Nacional, os interessados deverão aderir ao Refis (Pert-SN), que autoriza o refinanciamento das dívidas fiscais das referidas empresas.

De autoria do deputado federal Jorginho Mello (PR-SC), o projeto determina que a reinclusão deverá ser pedida, de forma extraordinária, no prazo de 30 dias contados da data de adesão ao Refis. O relator do projeto, o senador José Pimentel (PT-CE), lembrou que o Congresso aprovou uma lei complementar ainda em dezembro, mas o texto foi vetado pelo presidente Michel Temer em janeiro, o que levou à exclusão de quase 500 mil empresas do Simples.

Em abril, o Congresso derrubou o veto, reabrindo o direito de essas empresas aderirem ao Simples Nacional e fazerem o parcelamento das dívidas. A história foi lembrada também pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, para quem a sanção do projeto fará justiça aos pequenos empresários de todo o país. Para ele, Pimentel e



Plenário do Senado aprovou, por 59 votos favoráveis e nenhum contrário, o projeto que permite a readmissão de empresas, com dívidas tributárias, no Supersimples.

outros senadores, as pequenas e microempresas são de extrema importância para o desenvolvimento do país e continuam gerando emprego e renda mesmo diante de vários anos de crise econômica.

Segundo o relator, até o dia 2 de julho, de 470.916 empresas, 215.321 fizeram o pedido ao Refis de parcelamento e poderão voltar ao Simples Nacional

por não estarem mais inadimplentes. Diversos senadores expressaram apoio à proposta durante a votação. Marta Suplicy (MDB-SP) disse que serão beneficiados milhares de empreendedores, o que permitirá mais geração de emprego e renda. Ricardo Ferraço (PSDB-ES) afirmou que quem gera emprego e oportunidades tem que ser estimulado e apoiado.

Para Sérgio Petecão (PSD-AC) e Waldemir Moka (MDB-MS), o projeto vai corrigir uma injustiça. "O Senado Federal nunca faltou à micro empresa", acrescentou Renan Calheiros (MDB-AL). Randolfe Rodrigues (Rede-AP), lembrou que uma das razões do Supersimples existir é justamente facilitar a vida de micro e pequenos empreendedores (Ag.Senado).

Medeiros pede suspensão do juiz Favreto

O senador José Medeiros (Pode-MT) pediu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a suspensão do desembargador Rogério Favreto, responsável pela expedição da ordem de soltura do ex-presidente Lula, logo depois revogada. Para o senador, Favreto envergonhou e desmoralizou a Justiça brasileira, servindo de forma criminoso ao Partido dos Trabalhadores.

"Estão falando em lambança do Judiciário. Não houve lambança do Judiciário nenhuma. Houve o caso de um desembargador que deveria ter saído de camburão daquele plantão. Aquilo lá não é diferente de uma venda de sentença, aquilo lá não é diferente de um conluio, de um acerto", afirmou.

Medeiros disse que a tentativa de libertação de Lula foi destinada a criar um fato político, somando-se às mentiras que, segundo ele, o PT e seus aliados repetem incessantemente. O senador também manifestou-se contra o chamado quinto constitucional, pelo qual 20% das cadeiras de determinados tribunais são destinadas a advogados e membros do Ministério Público (Ag.Senado).

Aprovado projeto que aumenta potência das rádios comunitárias

O Plenário do Senado aprovou o projeto que aumenta a potência de transmissão para rádios comunitárias. A proposta segue para a Câmara. Ela estabelece aumento da potência para até 150 watts, com altura irradiante não superior a 30 metros e possibilidade de acesso a dois canais específicos em nível nacional para as emissoras em frequência modulada. O relator da matéria, senador Otto Alencar (PSD-BA), destacou que houve acordo com as lideranças partidárias para aprovação do projeto.

O texto original previa que a potência das rádios comunitárias seria aumentada de 25 para até 300 watts, com três canais designados, em vez de um, para a execução de radiodifusão comunitária voltada a uma comunidade, bairro ou vila. O autor do projeto, senador Hélio José (Pros-DF), argumenta que o aumento da potência é necessário devido à grande diversidade geográfica do Brasil. Para ele, 25 watts são insuficientes para operação nas áreas de população esparsa, particularmente na zona rural.



Houve acordo com as lideranças partidárias para aprovação do projeto.

A ideia é viabilizar o serviço em regiões rurais, nas quais a cobertura de uma única comunidade, com moradias dispersas, exige alcance maior do que o atualmente estabelecido. Segundo ele, a atual potência atinge até um quilômetro de raio de cobertura, limitando e restringindo o alcance da rádio, muitas vezes menor do que seu público potencial. Caberá à Anatel estabelecer a potência autorizada para cada rádio comunitária para preservar a característica da cobertura

restrita do serviço. A alteração possibilita a cobertura de múltiplas comunidades, bairros ou vilas pela mesma rádio comunitária, o que desvirtuaria a essência desse serviço, destaca Hélio José. A aprovação da matéria foi comemorada pela senadora Kátia Abreu (PDT-TO). Segundo ela, os ajustes feitos na proposta não indicam a interferência das rádios comunitárias na faixa de transmissão destinada a rádios comerciais (Ag.Senado).

"PT politiza a justiça e dá um péssimo exemplo"

Amanobra de petistas para tentar soltar Lula no último domingo (8) demonstra que o PT busca politizar a justiça, colocando o ex-presidente como vítima. "É uma vergonha. O PT mais uma vez politiza a justiça de forma grave e dá um péssimo exemplo", disse o deputado Floriano Pesaro (PSDB-SP) ao analisar o caso.

"O desembargador é um petista histórico", criticou o deputado paulista. Segundo ele, ao conceder habeas corpus pela soltura de Lula, Rogério Favreto assumiu o risco de fazer um "papelão, algo muito feio e muito grave do ponto de vista institucional". Na opinião de Pesaro, o desembargador não tem preparo para ocupar o cargo. "Tudo estava combinado", afirmou ele, lembrando que os deputados que pediram a soltura de Lula sabiam que ele iria assumir temporariamente como plantonista e agiram de má fé.

Lula está preso desde 7 de abril. Ou seja, há mais de 90 dias. O petista foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro a 12 anos e 1 mês de prisão no caso do triplex do Guarujá. Desde a prisão, a defesa do ex-presidente já apresentou 16 recursos ao tribunal



Deputado Floriano Pesaro (PSDB/SP).

federal e em Cortes superiores. No domingo, depois de várias decisões conflitantes sobre o recurso dos deputados petistas, coube ao presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores, colocar um ponto final na situação. Ele determinou o retorno do processo ao gabinete do desembargador João Pedro Gebran Neto, que é o relator da Lava Jato na Corte. Thompson Flores afirmou que o pedido de liberdade feito pelos parlamentares não trouxe nenhum fato novo (psdbnacâmara).

Aumento da licença-paternidade dos militares para 20 dias

A Comissão de Defesa Nacional do Senado aprovou ontem (11) o relatório de Ana Amélia (PP-RS) favorável ao projeto, que passa de 5 para 20 dias o período de licença-paternidade que pode ser gozado pelos militares. Ana Amélia apontou que é comum na carreira militar, devido a exigências profissionais, períodos de afastamento da família que podem ser prolongar por semanas ou até meses.

Por isso ela entende que é importante aprovar a mudança na legislação, permitindo que os militares possam estar em casa por mais tempo quando nascer um filho. "O compartilhamento de tarefas entre pai e mãe num momento tão crucial é fundamental, contribui inclusive para a diminuição de graves problemas como a depressão pós-parto. Hoje é assim, é mais que reconhecido que a divisão de responsabilidades é extremamente relevante no desenvolvimento saudável das crianças", pontuou a senadora Ana Amélia acrescentou que nossa cultura ainda submete as mulheres a uma jornada tripla: trabalhar, cui-



Senadora Ana Amélia (PP-RS), relatora do projeto.

dar dos filhos e da casa. Por isso, nada mais justo que, nos 20 primeiros dias da criança, "período mais crítico pra mãe e pro bebê", que o pai esteja disponível em tempo integral. Por fim, a senadora manifestou seu entendimento de que o projeto não beneficia apenas os integrantes das Forças Armadas, mas a sociedade como um todo, porque "é fundamental que cuidemos daqueles que cuidam da nossa Defesa" (Ag.Senado).